









































ESTÁGIO SUPERVISIONADO

É um componente da formação acadêmica, de caráter teórico-prático, desenvolvido no ambiente de trabalho sob a orientação de um docente designado para tal fim e supervisionado por um profissional vinculado à instituição educadora (estágio de estágio para o exercício da profissão e da cidadania (BCEB, 2002).

Atividades: Planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com o orientador, acompanhar as atividades práticas na instituição em que o estagiário estiver atuando, participar das atividades avaliativas (cap. V art. 146, Lei 12.796/2013).



ESTÁGIO SUPERVISIONADO

É um componente de formação acadêmica, de caráter teórico-prático, desenvolvida no ambiente de trabalho sob a orientação de um docente designado para tal fim e supervisionada de um profissional vinculado à instituição concedente (campo de estágio) para o exercício da profissão e da cidadania (EGE, 2013).

Atribuições: Planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com o orientador; acompanhar as atividades práticas na instituição em que o estudante estiver estagiando; participar das atividades avaliativas (seg. V art. 110, Seção III).

















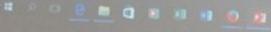
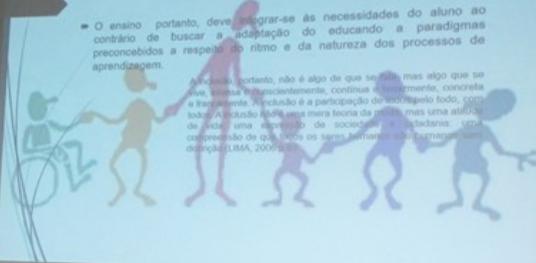




Diversidade e Educação Inclusiva

■ O ensino, portanto, deve integrar-se às necessidades do aluno ao contrário de buscar a adaptação do educando a paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza dos processos de aprendizagem.

Assim sendo, portanto, não é algo de que se trata, mas algo que se vive, sempre em ascensão, contínua e constantemente, concreta e transparente. Incluir é a participação de todos, como se todos fossem iguais, não uma forma de inclusão, mas uma atitude de vida, uma atitude de sociedade e cidadãos, uma compreensão de que todos os seres humanos são igualmente dignos. (LIBA, 2009, p. 20)





























A GINÁSTICA GERAL COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PESTALOZZI: uma possibilidade norteadora pela pedagogia histórico-crítica

Grazielle Lopes da Mota Bueno, Karen Cristina Costa do Nascimento
Programa de Pós Graduação Mestrado, Universidade Federal de Goiás
g.lopes.bueno@ufg.br, karenmestradoeducacaofisica@hotmail.com.br
Aneleytey Teodoro Rodrigues
Programa de Pós Graduação Mestrado, Universidade Federal de Goiás, teodoro.fef@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito relatar uma experiência pedagógica desenvolvida na Instituição Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Pólar Pólar Pestalozzi, de Goiânia, por alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) ao longo de atividades pedagógicas desenvolvidas naquela instituição, perfazendo um total de nove aulas durante o período de uma semana. Partindo do princípio da necessidade de inserção das pessoas comunitárias excluídas da sociedade, dentre elas as Pessoas com Necessidades Específicas (PNEs), em vários aspectos, social, acadêmico, familiar e escolar. As atividades pedagógicas tiveram o objetivo principal de criar novas que elevem a vontade dessas crianças paralisadas.

A pedagogia histórico-crítica foi um movimento educacional que nasceu na Prússia, porém, é recente a sua utilização nas escolas. Nesse trabalho pretendemos desenvolver a nós, profissionais de Educação Física, a viabilidade dessa proposta em prática em sala de aula, tendo em base a história da alfabetização e aprendizagem de qualidade para as PNEs.

Os objetivos visavam a inserção da Ginástica como conteúdo da Educação Física, promovendo a autonomia, autovalorização, autoestima e a participação nas aulas de Ginástica. Assim como as necessidades educacionais especiais nas aulas de Física.

METODOLOGIA

As aulas de ginástica foram escolhidas metodologicamente pela pedagogia histórico-crítica, em que se estabelece a interação entre educação, sociedade e transformação social em uma concordância dialética. Este processo foi organizado na seguinte sequência: 1) Prática Social; 2) Problemática; 3) Instrumentalização; 4) Cultura e 5) Prática Social. Tais passos estão dispostos no plano de unidade, construído conforme o modelo sugerido por GASPARIN (2011).

O plano de unidade foi elaborado para ser trabalhado na Pestalozzi - Unidade Pólar Pólar, com a turma E7, a qual é constituída por alunos que apresentam deficiência intelectual, síndrome de Down e Autismo, todos com nível leve. Entende-se síndrome de Down e Autismo, todos com nível leve, variando em graus diferentes de dificuldades de aprendizagem e socialização (BRASIL, 1993).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

É possível observar que as atividades desenvolvidas com as PNEs possibilitaram a participação ativa de todos, independentemente da sua deficiência, e o envolvimento da comunidade escolar. A cultura, momento de elevação do nível de consciência dos alunos especiais acerca do tema, pode ser expressa por meio da organização de uma apresentação cinematográfica da ginástica. Superando-nos com o entusiasmo e criatividade dos alunos em alguns momentos da apresentação, que não fazem parte da sequência previamente ensaiada.

REFERÊNCIAS

ARON, E. Ginástica geral e Educação Física escolar. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
COLETTI DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. São Carlos: SP: Autores Associados, 2011.
SARAME, O. Escola e Democracia. SP: Ed. Companhia, SP: Autores Associados, 1995.
VYGOTSKY, L. S. A Contribuição do Pensamento e do Linguagem. Tradução: Paulo Boeira. 2. ed. - São Paulo: Editora Melhoramentos, 1991.

A EPISTEMOLOGIA GINÁSTICA E O CONTRIBUTIVISMO DE JEAN-PIERRE CASTEL

Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Goiás

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição de Jean-Pierre Castel para a epistemologia da ginástica, considerando o contexto histórico e social em que se desenvolveu sua obra. O autor aborda a importância da ginástica para a formação do indivíduo e a construção da identidade pessoal e social. Castel defende que a ginástica é uma prática que promove a integração do corpo e da mente, contribuindo para o desenvolvimento humano integral. Sua abordagem é fundamentada na teoria da atividade física, que enfatiza o papel da ginástica na construção da subjetividade e na transformação social.

A ginástica, segundo Castel, é uma prática que promove a integração do corpo e da mente, contribuindo para o desenvolvimento humano integral. Sua abordagem é fundamentada na teoria da atividade física, que enfatiza o papel da ginástica na construção da subjetividade e na transformação social. Castel defende que a ginástica é uma prática que promove a integração do corpo e da mente, contribuindo para o desenvolvimento humano integral.

A ginástica, segundo Castel, é uma prática que promove a integração do corpo e da mente, contribuindo para o desenvolvimento humano integral. Sua abordagem é fundamentada na teoria da atividade física, que enfatiza o papel da ginástica na construção da subjetividade e na transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, J. P. A ginástica e a educação física. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1991.
CASTEL, J. P. A ginástica e a educação física. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1991.
CASTEL, J. P. A ginástica e a educação física. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1991.



A GINÁSTICA GERAL COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PESTALOZZI: uma possibilidade norteada pela pedagogia histórico-crítica

Grazielle Lopes da Mota Bueno, Karen Cristina Costa do Nascimento
 Programa de Pós Graduação Mestrado, Universidade Federal de Goiás
 g.lopes.bueno@bol.com.br karenmestradoeducacaofisica@hotmail.com.br
 Anelycey Teodoro Rodrigues

Programa de Pós Graduação Mestrado, Universidade Federal de Goiás, teodoro.fef@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito relatar uma experiência pedagógica desenvolvida na instituição, Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Peter Pavi Pestalozzi, de Goiânia, por alunas do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) ao longo de atividades pedagógicas desenvolvidas naquela instituição, perfazendo um total de nove aulas durante o período de uma semana. Partiu-se do princípio da necessidade de inserção das pessoas comumente excluídas da sociedade, dentre elas as Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), em vários espaços social, político, familiar e outros. As atividades pedagógicas tiveram o objetivo principal de criar novas que atendam a demanda desses cidadãos perspectivas.

A pedagogia histórico-crítica foi um movimento educacional que marcou gerações, porém, é escasso a sua utilização nas escolas. Este trabalho pretende demonstrar a sua aplicabilidade e a viabilidade dessa proposta em prática em sala de aula, bem como as barreiras da alienação e proporcionar um ensino e aprendizagem de qualidade para as PNE's.

Prever a Ginástica como conteúdo da Educação Física escolar, promovendo a autonomia, autovalorização, autoestima e a participação nas aulas de Ginástica, atendendo às necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física.



METODOLOGIA

As aulas de ginástica foram executadas metodologicamente pela pedagogia histórico-crítica, em que se estabelece a interação entre educação, sociedade e transformação social em uma concordância dialógica. Este processo foi organizado na seguinte sequência: 1) Prática Social; 2) Problemática; 3) Instrumentalização; 4) Catarse e 5) Prática Social. Tais passos estão disponíveis no plano de unidade, construído conforme o modelo sugerido por GASPARIN (2011).

O plano de unidade foi elaborado para ser trabalhado na Pestalozzi - Unidade Peter Pavi, com a turma E1, a qual é constituída por alunos que apresentam deficiência intelectual, síndrome de Down e Autismo, todos com nível nível I. Entende-se que cada síndrome ou deficiência tem sua nomenclatura, variando em graus diferentes de dificuldades de aprendizagem e socialização (BRASIL, 1993).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

É possível identificar que as atividades desenvolvidas com as PNE's possibilitaram a participação ativa de todos, independentemente da sua deficiência, e o envolvimento da comunidade escolar. A catarse, momento de elevação do nível de consciência dos alunos especiais acerca do tema, pode ser expressa por meio da organização de uma apresentação coreográfica da ginástica. Surpreendemo-nos com o envolvimento e criatividade dos alunos em alguns momentos da apresentação, que não faziam parte da sequência previamente ensaiada.

REFERÊNCIAS

AYOUB, E. Ginástica geral e Educação Física escolar. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

VYGOTSKY, L. S. A construção do Pensamento e da Linguagem. Tradução Paulo Bezerra. 2.ed. - São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.



A EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E O CONSTITUTIVISMO DE J. L. GILBERT

Programa de Pós Graduação em Educação Física
 Faculdade de Educação (FE) - Universidade Federal de Goiás (UFG)
 Palavras-chave: constitutivismo; Piaget

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado "Constitutivismo de Jean Piaget e o Ensino de Física", realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG.

De acordo com Morand (1994), na área de Educação existe um grande debate em torno de como ensinar para que fundamentos teóricos na escola e estratégias educacionais governamentais. A escola pública que faz parte do cotidiano de milhares de brasileiros de baixa e中等 renda tem sido alvo de muitas críticas, sendo apontada como um espaço de exclusão social e de baixa qualidade educacional que afeta o desenvolvimento intelectual e pedagógico. Essa compreensão, além de Piaget, muitas vezes incorpora ideias de Vigotski e Wallon, e inclusive, aparece com outras denominações, como autorreferenciadas: "constitutivismo" ou "pluriculturalismo" (MIRANDA, 1994).

Com relação à aplicação do construtivismo de Piaget, são encontrados dois modelos de interpretação desse autor: "Questões de Pedagogia Crítica de Jean Piaget que problematizam o ensino construtivista" de "A didática de Jean Piaget em uma perspectiva filosófica e pedagógica" de "A aplicação da teoria de Piaget em sala de aula: uma abordagem crítica" (MIRANDA, 1994).

COSSA

REFERÊNCIAS









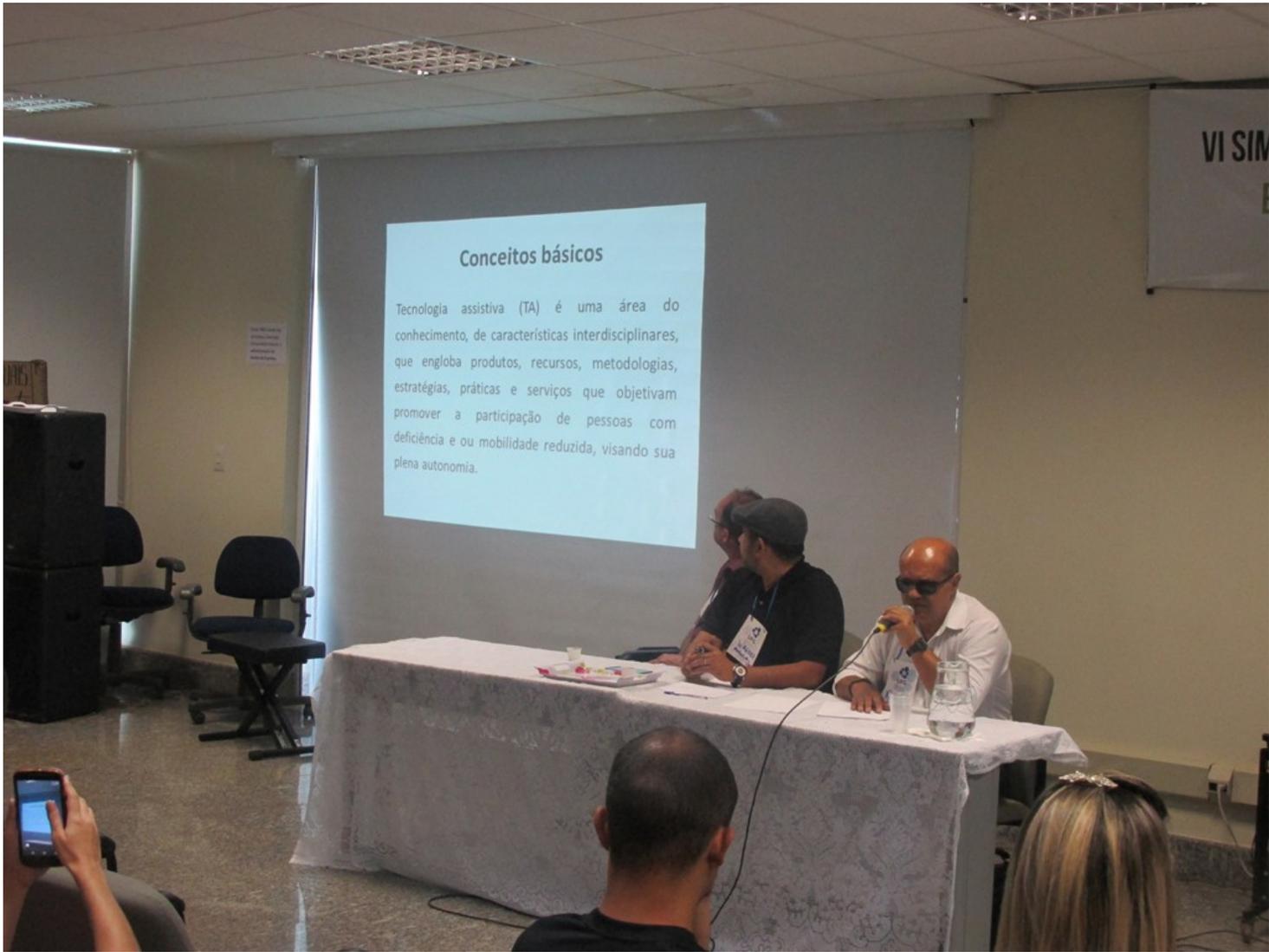












Conceitos básicos

Tecnologia assistiva (TA) é uma área do conhecimento, de características interdisciplinares, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a participação de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, visando sua plena autonomia.



História das Tecnologias Assistivas

Historicamente, é profícuo assinalar que, a expressão tecnologia assistiva surgiu pela primeira vez em 1988 nos Estados Unidos, como termo jurídico aprovado pela legislação americana, visando garantir os direitos das pessoas com deficiência.

**VI SIMPÓSIO DE
EDUCANDO
CEPAE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS
UFG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
O LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO - EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARANÁ EM CONSOLIDANÇA COM A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E POSSÍVEL FOMENTAR RUPTURAS?
Tânia Márcia Moreira Silva (taniama@ufg.br)
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil (2016) - 149

O livro didático público (LDP) é um documento pedagógico produzido por professores de escolas públicas de uma determinada região, com o objetivo de oferecer uma proposta pedagógica contextualizada e de qualidade para os alunos. No Brasil, o LDP surgiu em 2006, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) para promover a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do acesso ao conhecimento.

Este trabalho tem como objetivo analisar o LDP de Educação Física do Paraná, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), buscando identificar as rupturas e possibilidades de consolidação com a pedagogia crítica. Para isso, foram analisados os conteúdos teóricos e práticos do LDP, bem como as experiências dos professores envolvidos na sua elaboração e uso.

Os resultados da análise indicam que o LDP de Educação Física do Paraná apresenta características que podem ser consideradas rupturas em relação ao modelo tradicional de livros didáticos, como a valorização da prática pedagógica, a contextualização dos conteúdos e a participação dos professores na sua elaboração. No entanto, também foram identificadas algumas limitações, como a falta de uma base teórica sólida e a necessidade de maior articulação com a pesquisa acadêmica.

Conclui-se que o LDP de Educação Física do Paraná representa uma tentativa de ruptura com o modelo tradicional de livros didáticos, mas ainda necessita de maior consolidação e articulação com a pedagogia crítica para atingir seus objetivos. É necessário que os pesquisadores continuem a investigar as possibilidades de consolidação e ruptura do LDP, buscando promover a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do acesso ao conhecimento.

UFG
149
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ESCOLA COMENTÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA E SEU IMPACTO NO ENSINO E APRENDIZAGEM
Tânia Márcia Moreira Silva (taniama@ufg.br)
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil (2016) - 149

O Programa Escola Comentária de Gestão Compartilhada (EGC) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) para promover a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do acesso ao conhecimento. Este trabalho tem como objetivo analisar a dimensão pedagógica do EGC e seu impacto no ensino e na aprendizagem dos alunos.

Para isso, foram analisados os conteúdos teóricos e práticos do EGC, bem como as experiências dos professores envolvidos na sua elaboração e uso. Os resultados da análise indicam que o EGC apresenta características que podem ser consideradas rupturas em relação ao modelo tradicional de gestão escolar, como a valorização da prática pedagógica, a contextualização dos conteúdos e a participação dos professores na sua elaboração.

Conclui-se que o EGC representa uma tentativa de ruptura com o modelo tradicional de gestão escolar, mas ainda necessita de maior consolidação e articulação com a pedagogia crítica para atingir seus objetivos. É necessário que os pesquisadores continuem a investigar as possibilidades de consolidação e ruptura do EGC, buscando promover a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do acesso ao conhecimento.

UFG
150
LETRAMENTO E
Tânia Márcia Moreira Silva (taniama@ufg.br)
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil (2016) - 150

O letramento é um processo contínuo e complexo, que envolve a aquisição e o uso das habilidades de leitura e escrita para a participação ativa na sociedade. Este trabalho tem como objetivo analisar o letramento em uma comunidade rural do interior de Goiás, buscando identificar as dificuldades e possibilidades de melhoria.

Para isso, foram analisados os conteúdos teóricos e práticos do letramento, bem como as experiências dos professores envolvidos na sua elaboração e uso. Os resultados da análise indicam que o letramento apresenta características que podem ser consideradas rupturas em relação ao modelo tradicional de ensino, como a valorização da prática pedagógica, a contextualização dos conteúdos e a participação dos professores na sua elaboração.

Conclui-se que o letramento representa uma tentativa de ruptura com o modelo tradicional de ensino, mas ainda necessita de maior consolidação e articulação com a pedagogia crítica para atingir seus objetivos. É necessário que os pesquisadores continuem a investigar as possibilidades de consolidação e ruptura do letramento, buscando promover a melhoria da qualidade do ensino e a democratização do acesso ao conhecimento.



CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A AUTOREGULAÇÃO DA CRIANÇA NA CRISE DE TRANSIÇÃO DA IDADE DE TRÊS ANOS

Pollana Carvalho MARTINS, Sônia Britiana de COSTA
Programa de Pós-graduação Especial em Educação Básica – Mestrado Profissional
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
pollanacm1@gmail.com

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A dificuldade de lidar com comportamentos agressivos, indisciplinados, característicos mais comuns nas instituições de educação infantil que atendem o tema, Ede (2007), Pinheiro (2009), Ferracci (2013) relatam o aumento de medicação e patologização das crianças, mesmo em situações de crise. Por isso, este estudo busca criar formas alternativas de se enfrentar essas questões, pois compreende que o humano não é determinado apenas pela natureza orgânica, mas também pela interação mediada com a cultura e a história (Vigotski, 1998).

Para compreender como essa interação ocorre, Erikson (1987) propõe a Teoria da Periodização do Desenvolvimento que busca explicar as forças motrizes do desenvolvimento infantil destacando a atividade-principal, que possui caráter de crise que gera novos tipos de atividade, que reorganiza as mudanças na personalidade da criança. O autor segue explicando que a medida que a criança cresce essas atividades vão se modificando, assim como suas demandas da interação social da criança.

Erikson (1987) elenca os cinco principais estágios de desenvolvimento, e caracteriza-os, mas que em nosso estudo nos detentamos nos dois de 0 a 3 anos – comunicação emocional do bebê (ação afetiva entre o bebê e o adulto/cuidador), atividade objetiva manipulável (desenvolvimento das funções físicas e sociais das crianças), logo prototipizado (apropriação das relações em um estágio de desenvolvimento para o outro, quando a criança vê de outra que ocupa no mundo não permite exatidão planejada, continuando, “é a criança?” (LEONTIEV, 2006, p. 87).

O próprio autor responde essa pergunta dizendo que não. As crises não qualitativas do desenvolvimento são, não ocorrem crises, se o desenvolvimento psíquico da criança não tomar forma espontaneamente e sim, se for um processo racionalmente controlado, uma criação controlada (LEONTIEV, 2006, p. 87). A crise dos três anos, pois, não se apresenta de forma mais aguda devido ao diferencial de que a criança já tem por mais de conquistas motoras, afetivas e cognitivas que a possibilitam exercer uma autonomia relativa, levando-a a exercer um negativismo frente ao adulto, o que torna esse momento particularmente desafiador para professores e pais. Vigotski (2010, p. 293) define a crise do negativismo a partir da seguinte situação:

Observamos como exemplo a fase do negativismo infantil na vida das crianças na idade pré-escolar. A manifestação mais nítida do negativismo é a paixão pelas discussões, pela negação e o hábito de contradizer. Alguns psicólogos relacionam essa fase à idade que se desliga três aos cinco anos, mas há fundamentos para pensar que se refere a uma idade mais tarde verificando-se frequentemente em formas mais avançadas em crianças dos sete aos oito anos.

Diante do exposto, o presente projeto de pesquisa propõe a investigar as concepções dos professores de educação infantil sobre a crise de transição de estágio dos 3 anos propostas pela Teoria da Periodização do Desenvolvimento durante a Educação Infantil e fomentar práticas pedagógicas que possibilitem a autoregulação do comportamento da criança de 3 anos por meio do desenvolvimento de uma sequência didática.

OBJETIVOS

- Construir junto com os professores estratégias metodológicas que permitam mediar as situações vividas pelas crianças que apresentam comportamentos desafiadores e indicar aos professores ações e estratégias de transição entre os estágios de desenvolvimento infantil que se dá aos três anos;
- Capacitar os professores sobre os princípios da psicologia histórica e cultural;
- Construir junto com os docentes uma sequência didática que favoreça a autoregulação da criança.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo, e parte do objetivo da qual procura-se a pesquisa-ação. Foi adotado o tipo de pesquisa de campo no nível pré-experimental. Temos três fontes de dados: as pesquisas realizadas a partir da Participação do Desenvolvimento Humano proposta pelos autores da Psicologia Histórico Cultural. A 31 de professores não-docentes em uma escola que não consegue autorregular seu comportamento no cotidiano. Os professores descrevem a experiência de atendimento no cotidiano do período de análise etnológica.

Esta é uma pesquisa etnológica, tem-se a ideia de reconhecimento distribuído para cinco regiões em que a Rede Municipal de Educação Infantil, professores e avulsos, que atuam na educação infantil de Goiânia, entre os meses de maio de 2012 a 2014, em seis unidades de 3 anos e 3 salas e 11 meses (GOIÂNIA, 2011, p. 18). A caracterização dos sujeitos, com o grupo das turmas que foram analisadas, a análise das interações coletivas será a realização e a análise de conteúdo reconhecendo os contextos, sua utilização e pesquisa documental.

Em seguida, a pesquisa será realizada em um contexto mais restrito, desenvolvendo-se apenas uma instituição devido à redução do tempo do curso de participação da rede municipal de educação infantil. Este estudo visa a construção de práticas que possam favorecer o desenvolvimento da criança e a formação de professores participantes, e a construção de uma sequência didática que possibilite a formação da criança de autoregulação de seu comportamento. O presente trabalho é uma sequência didática para a formação de professores participantes, e o objetivo será avaliar a eficácia da intervenção do projeto quando for avaliada por participantes envolvidos durante o processo de ensino-aprendizagem.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

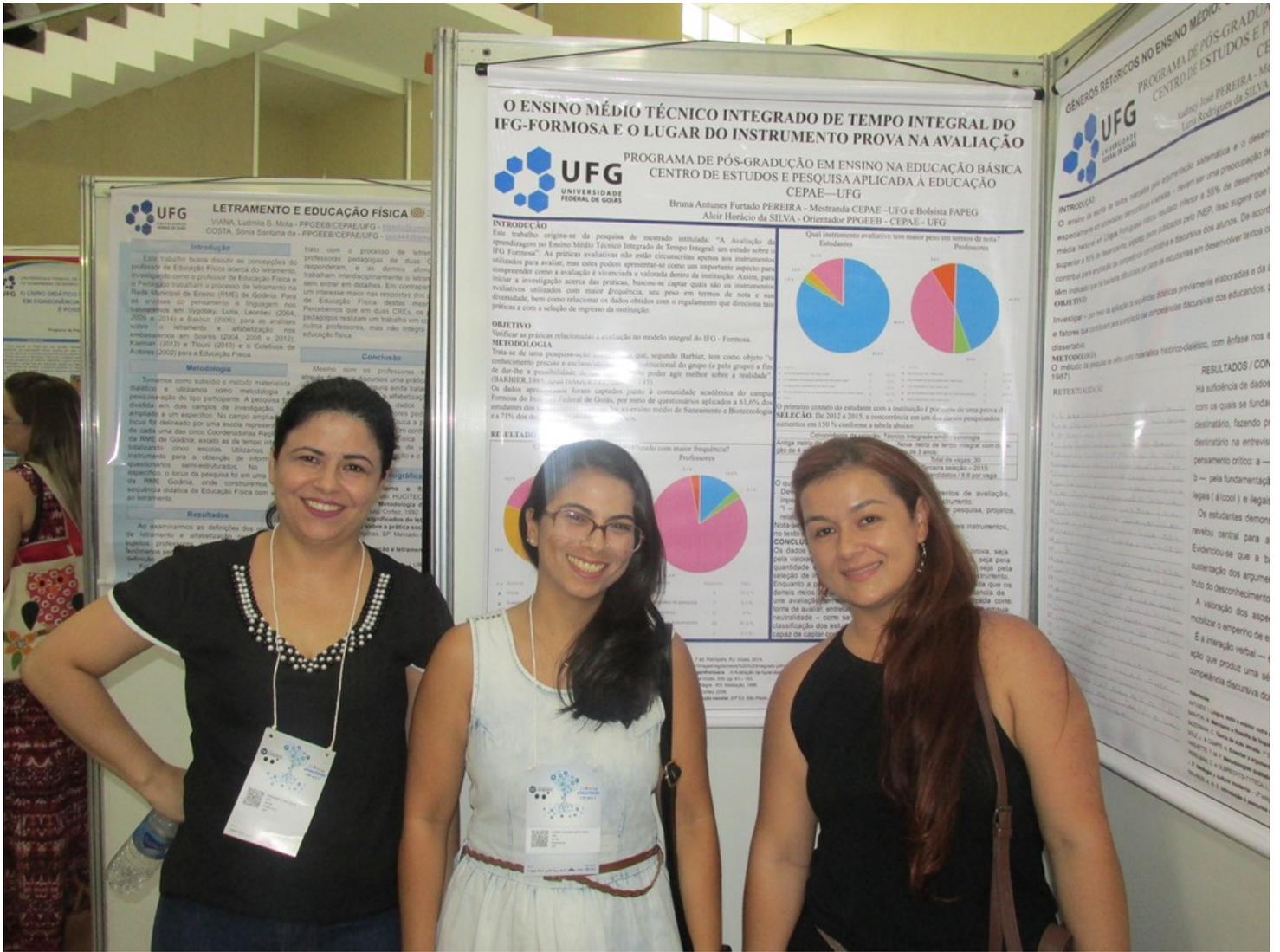
A presente pesquisa está em desenvolvimento, pois sendo tema a revisão bibliográfica e a submissão ao comitê de ética.

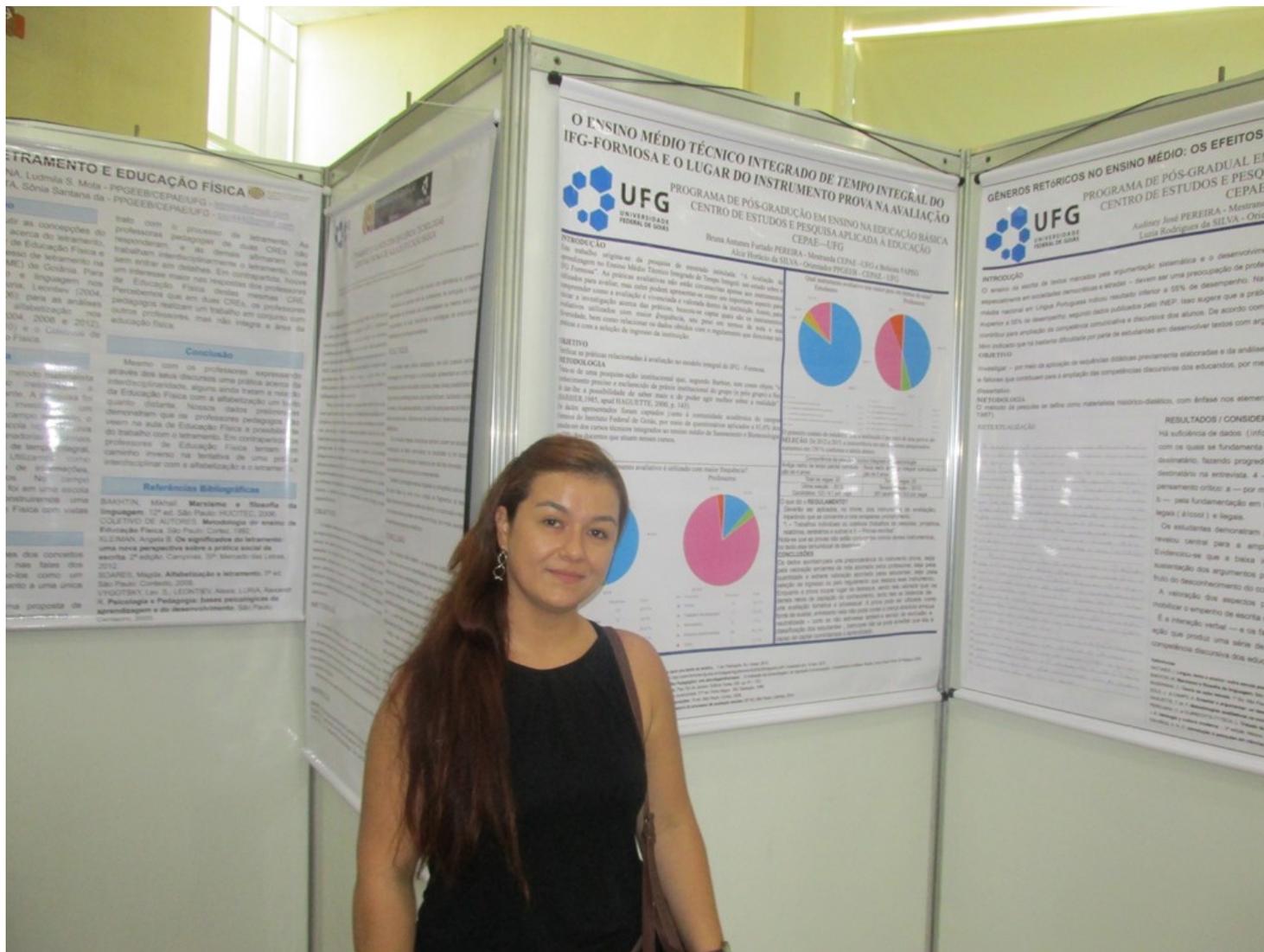
REFERÊNCIAS

BANDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977.
ELKANN, D. Teoria do problema de la parálisis del desarrollo psíquico en la infancia inferior. In: DAVIDOV, V. & SHAPIRO, M. (Org.) La primera infancia e psicología infantil. In: URSINO, Marcelo. Editora Progress, 1987.
FERRACIOLI, M. U. TULEB, E. C. A construção do projeto como preparação crítica às concepções reducionistas de infância escolar e da prática do comportamento negado. In: MARRAS, A. C. Infância e pedagogia histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Organização de Anos. Goiânia, Secretaria Municipal de Educação, 2011.
LEVOY, T. 2012. 2014. In: São Paulo: Anos, 2012.
LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à Teoria do Desenvolvimento do Período Infantil. In: VIGOTSKI, L. S. LUKA, A. R. LEONTIEV, A. N. Linguagem e desenvolvimento. São Paulo: Lore, 2008.
PASQUALINI, J. C. FERRACIOLI, M. U. Quando há aprendizagem em contextos de aprendizagem. São Paulo: Lore, 2008.
VIGOTSKI, L. S. Psicologia Histórica. São Paulo: Editora Vozes, 1998.
VIGOTSKI, L. S. Psicologia Histórica. São Paulo: Editora Vozes, 1998.
VIGOTSKI, L. S. Psicologia Histórica. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

CEPA
MESTRADO







O ENSINO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO DE TEMPO INTEGRAL DO IFG-FORMOSA E O LUGAR DO INSTRUMENTO PROVA NA AVALIAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO
CEPAE-UFV

Bruna Antonia Furtado PEREIRA - Mestranda CEPAE - CEPE - UFV
Alicia Hortes de SILVA - Orientadora PERCEBE - CEPAE - UFV

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta os dados de uma pesquisa de avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. As práticas avaliativas são analisadas quanto ao instrumento utilizado para a avaliação e a validade e validade dos instrumentos utilizados para a avaliação. Os dados são analisados quanto ao instrumento utilizado para a avaliação. Os dados são analisados quanto ao instrumento utilizado para a avaliação.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar o uso do instrumento prova na avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como metodologia a análise de conteúdo, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

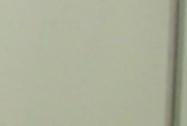
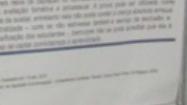
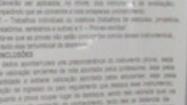
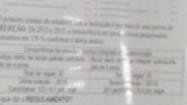
Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos professores utiliza o instrumento prova para a avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o instrumento prova é o mais utilizado pelos professores para a avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- COLETTI, de ALMEIDA. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEUMAN, Angela B. *Os significados do instrumento de avaliação em uma prática avaliativa de ensino*. 1ª edição. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.
- SOARES, Magda. *Avaliação e instrumento de avaliação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- STOKES, L. S. *Ensino de Matemática: fundamentos da Pedagogia e Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo: Contexto, 2005.



GÊNEROS RETÓRICOS NO ENSINO MÉDIO: OS EFEITOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO
CEPAE-UFV

Audrey José PEREIRA - Mestranda
Luís Rodrigues da SILVA - Orientador

INTRODUÇÃO

O ensino de textos retóricos tem sido alvo de pesquisas sistemáticas e de desenvolvimento em contextos curriculares e avaliativos. De acordo com a legislação nacional em vigor, Portugal possui currículo inferior a 50% de desenvolvimento de competências comunicativas e discursivas dos alunos. De acordo com o currículo nacional para o ensino médio, os alunos devem desenvolver competências discursivas e de análise de textos.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar o uso do instrumento prova na avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como metodologia a análise de conteúdo, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos professores utiliza o instrumento prova para a avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o instrumento prova é o mais utilizado pelos professores para a avaliação do ensino médio técnico integrado de tempo integral do IFG-Formosa. O estudo é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de identificar as práticas avaliativas utilizadas pelos professores e analisar o uso do instrumento prova na avaliação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- COLETTI, de ALMEIDA. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEUMAN, Angela B. *Os significados do instrumento de avaliação em uma prática avaliativa de ensino*. 1ª edição. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.
- SOARES, Magda. *Avaliação e instrumento de avaliação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- STOKES, L. S. *Ensino de Matemática: fundamentos da Pedagogia e Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo: Contexto, 2005.



LETRAMENTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

VIANA, Ludmila S. Mota - PPGEEB/CEPAE/UFPA - ludmila.viana@gmail.com
COSTA, Sônia Santlana da - PPGEEB/CEPAE/UFPA - sônia@ufpa.br

Introdução

Este trabalho busca discutir as concepções do professor de Educação Física acerca do letramento investigando como o professor de Educação Física e o Pedagogo trabalham o processo de letramento na Rede Municipal de Ensino (RME) de Goiânia. Para basearmos o pensamento e linguagem nos estudos de Vigotsky, Luria, Leontiev (2004, 2009 e 2014) e Bakhtin (2006); para as análises sobre o letramento e alfabetização nos embasarmos em Soares (2004, 2008 e 2012), Kleiman (2012) e Tfouni (2010) e o Coletivos de Autores (2002) para a Educação Física.

Metodologia

Tomamos como subsídio o método materialista dialético e utilizamos como metodologia a pesquisa-ação do tipo participante. A pesquisa foi dividida em dois campos de investigação, um ampliado e um específico. No campo ampliado, o locus foi delineado por uma escola representativa de cada uma das cinco Coordenadorias Regionais de RME de Goiânia, exceto as de Tezouro e totalizando cinco escolas. Utilizamos como instrumento para a obtenção de dados questionários semi-estruturados e entrevistas específicas, o locus da pesquisa foi a RME Goiânia, onde a sequência didática da Educação Física é aplicada ao letramento.

Resultados

Após analisarmos os dados coletados, verificamos que os sujeitos professores apresentam fenômenos sem uma definição clara. Foi que o trabalho em

com o processo de letramento. As professoras pedagógicas de duas CREs não trabalham interdisciplinarmente o letramento, mas sem entrar em detalhes. Em contrapartida, houve um interesse maior nas pesquisas dos professores de Educação Física destas mesmas CREs. Percebemos que em duas CREs os professores pedagógicos realizam um trabalho em conjunto com outros professores, mas não integra à área da educação física.

Conclusão

Mesmo com os professores expressando através dos seus discursos uma prática pedagógica interdisciplinaridade, alguns ainda tratam a relação da Educação Física com a alfabetização um tanto quanto distante. Nossos dados preliminares demonstram que os professores pedagógicos não veem na aula de Educação Física a possibilidade do trabalho com o letramento. Em contrapartida, os professores de Educação Física tratam um pouco mais o letramento como um trabalho em conjunto com a alfabetização e o letramento.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- BRASIL. Autores. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- BRASIL. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da alfabetização. SP: Mercado das Letras, 2002.
- LEONTIEV, Alexei LURIA, Álexandrov. As bases psicológicas da aprendizagem. São Paulo: HUCITEC, 2008.



LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM SALA DE AULA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB/CEPAE/UFPA)
MESTRADO

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no art. 206, reza que a educação é um direito de todos e, segundo o art. 208, III, o atendimento educacional especializado é um direito das pessoas com deficiência intelectual. Entretanto, relatos apresentados preferencialmente na mídia indicam que alguns alunos atendidos em especial os que apresentam deficiência intelectual, concluem a educação básica com dificuldades nos processos de leitura e escrita, ou mesmo sem concluir a escolarização em nível de alfabetização.

OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é identificar recursos tecnológicos que contemplem a organização na prática de letramento de alunos com deficiência intelectual e matemática, em uma escola pública estadual de Educação Básica. Para tanto, os objetivos específicos foram: conhecer a realidade educacional das escolas públicas estaduais de Educação Básica; identificar as necessidades dos alunos com deficiência intelectual para o letramento; analisar a utilização de recursos tecnológicos assistivos em sala de aula de Educação Básica.

METODOLOGIA

A concepção metodológica desta investigação está ancorada na compreensão de que a Pesquisa-Ação se constitui como uma proposta a ser construída coletivamente, visando objetivos que não são definidos a priori, mas definidos a partir da apreensão dos problemas que são enfrentados durante o processo e que se efetivam durante os ajustes que são realizados durante o curso da investigação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de psicologia. Trad. João Gileno Bani. Madrid: Gráficas Res, 1998.

de recursos midiáticos por dos alunos com deficiência e, posteriormente, a elaboração de parcerias entre os professores de português e matemática na elaboração de atividades que contemplassem ao mesmo tempo o conteúdo programático de suas disciplinas e estratégias de ensino/aprendizagem mediadas por tecnologias assistivas.

RESULTADOS

Após analisar esta prática pedagógica, tem sido possível perceber que as tecnologias da informação e comunicação apresentaram-se como instrumentos promissores para a educação inclusiva, pelas várias possibilidades de recursos concretos e não apenas abstratos, a partir da pesquisa escolar feita pelo aluno em sites educacionais, utilizando-se de aplicativos desenvolvidos para alunos com deficiência.

Os conteúdos dessas disciplinas também podem ser estudados a partir da investigação de fatos vivenciados na atualidade ou em épocas passadas, apresentados com recursos imagéticos em até três dimensões, o que amplia a sua possibilidade de abstração e compreensão.

Também, a produção textual digitada ou pictográfica pode se dar como fruto de uma cópia ou uma nova criação de fragmentos de textos completos disponíveis em inúmeros sites da internet, e a publicação e veiculação dessas produções textuais podem ser feitas em blogs, por e-mail, via whatsapp e outros diversificados recursos midiáticos.

CONCLUSÃO

Para finalizar este trabalho, as sequências didáticas desenvolvidas neste projeto vêm sendo reanalisadas, a fim de que possam ser identificadas estruturas didático-metodológicas que mais se afirmam com uma concepção de letramento, segundo Soares (2010), que visa não apenas à (des)codificação de palavras e números, mas ao desenvolvimento cognitivo amplo do sujeito. Assim, a possibilidade de articulações entre os saberes científicos e suas aplicações no mundo real, a uma real interação do sujeito com o mundo mediado por diferentes formas de manifestação da linguagem.

Assim, essa experiência tem como intuito verificar se estas estruturas realmente levam em conta a Defectologia como um pilar para a abordagem dos alunos com deficiência, se as limitações orgânicas e motoras características singulares não são tomadas como obstáculos para a ampliação e diversificação de caminhos pedagógicos para o ensino, aquele que se adianta ao desenvolvimento do



INTRODUÇÃO

O ensino de escrita de um texto é essencialmente um processo social, realizado em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.

Essa tarefa é essencialmente social, realizada em linguagem natural e 95% de seu conteúdo é produzido para ser compreendido por outros indivíduos que não o autor do texto.

Investigar o que mais de um texto contribui para a construção de um conhecimento é uma tarefa que contribui para a construção de um conhecimento.





CULTURA NEGRA NA SALA DE ATUA... PARADIGMÁTICO BASEADO NOS SABERES DA COMUNITARIEDADE E DA ORGANIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Introdução

A Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 (BRASIL, 2003) estabelece a obrigatoriedade de ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio. Esta lei é considerada um marco na história da educação brasileira, pois reconhece a importância da cultura negra na formação da identidade nacional e promove a valorização da diversidade cultural.

Objetivos

1. Analisar a importância da cultura negra na sala de aula e no currículo escolar.
2. Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos no ensino da cultura negra.
3. Propor estratégias pedagógicas para o ensino da cultura negra em sala de aula.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa documental e análise de conteúdo. Foram analisados documentos oficiais, livros, artigos e materiais didáticos relacionados ao tema da cultura negra na sala de aula.

Resultados

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de uma abordagem mais crítica e contextualizada do ensino da cultura negra. É necessário superar a visão essencialista e estereotipada da cultura negra, promovendo uma abordagem mais plural e dialética que reconheça a diversidade e a complexidade da cultura negra brasileira.

Conclusão

A cultura negra é um patrimônio cultural brasileiro que deve ser valorizado e promovido na sala de aula. É necessário que os professores sejam capacitados para lidar com a diversidade cultural e que os currículos sejam atualizados para refletir a realidade brasileira.

Bibliografia

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/le10639.htm.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2007). *Política Nacional de Educação em História, Geografia e Ciências Sociais*. Brasília: MEC.

Palavras-chave

Cultura negra, sala de aula, currículo, ensino fundamental, ensino médio.

152



CULTURA NEGRA NA SALA DE AULA: ATÉ QUE PONTO A CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL PARADIDÁTICO BASEADO NOS SABERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JUCÉRIO PODE CONTRIBUIR COM A IMPLANTAÇÃO DA Lei Nº 10.639/03 DE EDUCAÇÃO DA INVISSIBILIDADE E ESTIGMA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO NEGRO?

Metodologia

A Lei nº 10.639/03 estabelece um conjunto de diretrizes legais orientadoras para a implementação de uma política educacional voltada para a promoção da diversidade étnico-racial e da conscientização de toda a sociedade. Essa política deve ser desenvolvida em conjunto com a comunidade negra, visando a valorização da cultura, da história e da identidade étnico-racial, bem como a promoção da participação ativa dos negros na sociedade brasileira.

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Jucéris, visando a identificar os desafios e as possibilidades de implementação desta legislação.

Contexto

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Jucéris, visando a identificar os desafios e as possibilidades de implementação desta legislação. O estudo foi realizado em uma escola pública de Jucéris, localizada no município de Jucéris, no Estado de Pernambuco. O estudo foi realizado em uma escola pública de Jucéris, localizada no município de Jucéris, no Estado de Pernambuco.

Referencial Bibliográfico

- BRASIL. Lei nº 10.639/03. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos. Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos: Políticas Nacionais, Regionais e Estaduais, Orientações para a Prática Pedagógica. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos. Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos: Políticas Nacionais, Regionais e Estaduais, Orientações para a Prática Pedagógica. Brasília, 2001.

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Jucéris, visando a identificar os desafios e as possibilidades de implementação desta legislação. O estudo foi realizado em uma escola pública de Jucéris, localizada no município de Jucéris, no Estado de Pernambuco.

Contexto

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Jucéris, visando a identificar os desafios e as possibilidades de implementação desta legislação. O estudo foi realizado em uma escola pública de Jucéris, localizada no município de Jucéris, no Estado de Pernambuco.

Referencial Bibliográfico

- BRASIL. Lei nº 10.639/03. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos. Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos: Políticas Nacionais, Regionais e Estaduais, Orientações para a Prática Pedagógica. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos. Educação de Jovens, Adultos e Analfabetos: Políticas Nacionais, Regionais e Estaduais, Orientações para a Prática Pedagógica. Brasília, 2001.

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Jucéris, visando a identificar os desafios e as possibilidades de implementação desta legislação.





